



#### **O Adeus a Thabo Mbeki**

Um das principais razões que explicam o sucesso da transição política na África do Sul, tem a ver com o carácter excepcional de Nelson Mandela. Enquanto Presidente do país, Mandela conseguiu agradar à maioria da população, promovendo em termos práticos a reconciliação nacional. Porém, a decisão de Mandela, assumida desde o início, de só cumprir um mandato, levantou a dúvida de como seria a era pós-Mandela. A dúvida assentava, não tanto na escolha do seu sucessor, mas mais na capacidade deste conseguir manter o espírito de reconciliação nacional. Desde as eleições de 94 que Thabo Mbeki estava escolhido para suceder a Mandela, embora a sua escolha tivesse levantado algumas dúvidas.

Pag 2/3

#### **O HIV/SIDA na CPLP**

No contexto dos países da CPLP, a situação da incidência é muito variada. A prevalência da infecção pelo HIV varia grandemente de país a país, desde aquela estimada para Timor-leste, de baixíssima prevalência, a epidemias generalizadas, como se observa em Moçambique, por exemplo. Do mesmo modo, deve variar o período de introdução do vírus em cada país e, de modo bastante claro, a existência de subtipos diversos e não necessariamente coincidentes. O HIV-2 encontra-se presente de modo relativamente importante em alguns países e inexistente do ponto de vista de relevância epidemiológica em outros. Pag 4/7

#### **Morte do Presidente da Zâmbia**

Após ter sofrido, em Julho, um derrame cerebral durante a Cimeira da União Africana, o Presidente zambiano Levy Mwanawasa foi enviado de urgência para o Hospital Militar de Percy em Paris, onde acabaria por falecer a 19 de Agosto. Mwanawasa ascendeu à presidência do seu país em Janeiro de 2002, substituído o desacreditado Frederik Chiluba. Quando ganhou as eleições, as expectativas em relação à Presidência de Mwanawasa não eram muito elevadas. Ao contrário de Chiluba que subiu ao poder rodeando por um clima de grande optimismo devido ao seu passado de sindicalista e das promessas de melhoria das condições de vida das populações. Porém, os anos Chiluba foram uma desilusão. Pag 8

#### **Cabo Verde com Forte Crescimento em 2009**

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Cabo Verde deve registar, em 2009, um crescimento económico entre 6 a 7 % sete, devendo a inflação, que em 2008 ronda os 6.5%, situar-se em torno de 4 %.

As previsões do FMI foram apresentadas após uma missão técnica ter visita Cabo Verde, a qual concluiu que o país registou no primeiro semestre deste ano um crescimento sólido. A Missão do FMI foi acompanhar de perto a implementação do Programa de Reforma que Cabo Verde está a levar a cabo com apoio do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI) da instituição financeira internacional. Pag 9

#### **Novo Governo Angolano**

A Presidência da República de Angola anunciou a 1 de Outubro a composição do novo governo resultante das eleições legislativas de 5 de Setembro. O Executivo inclui 33 ministros e dois secretários de Estado, sendo dez mulheres, o que representa uma marca muito próxima dos 30 por cento como preconiza a SADC e foi prometida pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, durante a campanha eleitoral, em seguimento do que aconteceu com o parlamento, onde o seu partido superou a cifra dos 30%. Pag 10

#### **Eleições Legislativas na Guiné-Bissau**

Apesar de terem sido vários os partidos e Alianças que pretendiam concorrer às eleições legislativas de 16 de Novembro, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) da Guiné-Bissau fixou a lista final em 19 forças políticas e duas coligações. Por irregularidades diversas, ficaram de fora a Resistência da Guiné-Bissau (RGB, também conhecido por 'Movimento Ba Fatá'), o Fórum Cívico Guineense Social-Democracia, a Frente Democrática Social e o Partido para o Desenvolvimento e Combate à Pobreza. Pag 11/12

## O Adeus a Thabo Mbeki

■ Luís Castelo Branco

Um das principais razões que explicam o sucesso da transição política na África do Sul, tem a ver com o carácter excepcional de Nelson Mandela. Enquanto Presidente do país, Mandela conseguiu agradar à maioria da população, promovendo em termos práticos a reconciliação nacional. Porém, a decisão de Mandela, assumida desde o início, de só cumprir um mandato, levantou a dúvida de como seria a era pós-Mandela. A dúvida assentava, não tanto na escolha do seu sucessor, mas mais na capacidade deste conseguir manter o espírito de reconciliação nacional. Desde as eleições de 1994 que Thabo Mbeki estava escolhido para suceder a Mandela<sup>1</sup>, embora a sua escolha tivesse levantado algumas dúvidas.

A história de Mbeki e do ANC confundem-se, com o movimento a influenciar e a moldar a maneira de ser do líder. Mbeki é o exemplo claro do princípio do ANC de liderança colectiva, nunca reclamando para si os louros de qualquer particular acontecimento ou decisão, preferindo sempre falar do papel do partido.

A sua escolha para sucessor de Mandela deveu-se a uma situação de compromisso entre as várias facções dentro do ANC, SACP, COSATU, quadros no exílio, prisioneiros políticos, estruturas clandestinas, as várias sensibilidades a nível provincial, Youth League e Women's League. Face à impossibilidade de se escolher um candidato claramente conotado com alguma destas facções foi decidido escolher uma solução de consenso. A escolha não foi, no entanto, pacífica. Os comunistas, entre eles, Joe Slovo, preferiam, após o desaparecimento do seu candidato natural Chris Hani, assassinado por extremistas de direita em 1993, Cyril Ramaphosa, que era também a escolha da COSATU e de Mandela<sup>2</sup>. Porém, Ramaphosa contava com a oposição de Winnie Mandela e por conseguinte da ANC Women's League.

A entrada de Mbeki para o governo em 1994, com o cargo de Vice-Presidente, permitiu-lhe não só ganhar experiência, como, pouco a pouco, passar a controlar, através do aumento do seu poder, o aparelho governativo e partidário. No processo de afirmação, nacional e internacional, Mbeki contou com o apoio de Mandela, o qual foi dando cada vez mais sinais de quem na realidade governava o país era Mbeki e não ele.

Na sua maneira de agir, Mbeki dava especial importância à actuação discreta, explorando ao máximo a via negociada. Este modo de agir foi bem visível nas negociações para resolver a crise zimbabwiana.

À medida que ficava claro que Mbeki era de facto o sucessor de Mandela<sup>3</sup>, vários membros do ANC conotados com o Vice-Presidente, começaram a ser promovidos. Ao mesmo tempo, alguns destacados membros do ANC que não alinhavam com Mbeki, começaram a ser marginalizados. Uma primeira promoção foi a de Jacob Zuma para o cargo de Vice-Presidente do ANC, o que fazia dele o mais que provável Vice-Presidente do país após as eleições de 1999. Zuma era zulu e líder do ANC no Kwazulu-Natal, tendo desempenhado um importante papel na pacificação desta região após 1994. Embora fosse um excelente negociador, Zuma era pouco conhecido fora da sua província. A sua promoção ficou a dever-se à lealdade demonstrada a Mbeki.

À medida que foi construindo a sua base de apoio, Mbeki conseguiu afastar os seus principais opositores internos. O principal era Cyril Ramaphosa, a quem Mbeki venceu na corrida à obtenção do cargo de Vice-Presidente. Derrotado, Ramaphosa rejeitou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, preferindo ocupar o cargo de Presidente da Assembleia Constituinte. Mais tarde, Ramaphosa decidiu afastar-se da vida política para se dedicar ao mundo empresarial, passando a integrar a direcção do maior grupo económico negro, o New Africa Investments Limited (NAIL). Esta opção foi entendida não como um passo voluntário, mas como resultado da crescente marginalização a que Ramaphosa estava sujeito dentro do ANC. Esta marginalização terá sido orquestrada por Mbeki como forma de aumentar o seu poder.

Desde que abandonou a vida política, surgiram, regularmente, notícias implicando Ramaphosa em golpes destinados a minar o poder de Mbeki<sup>4</sup>. Tais notícias parecem ter origem dentro do próprio círculo íntimo de Mbeki, para quem o afastamento de Ramaphosa era considerado apenas temporário, e tinham por objectivo dificultar um eventual regresso de Ramaphosa à vida política activa.

Ao mesmo tempo que ia afastando os seus opositores internos, Mbeki chamou para junto de si uma série de quadros do ANC. Nesse sentido, Mbeki, enquanto Vice-Presidente, criou um conselho consultivo, com o objectivo de lhe fornecer conselhos políticos. Este conselho permitiu a Mbeki reunir à sua volta as várias sensibilidades políticas dentro do ANC. Constituído por 24 pessoas, tinha membros do governo, como o Ministro da Segurança, Sydney Mufamadi, o Ministro da Defesa, Joe Modise e o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Aziz Pahad. Também estava presente a COSATU, através do seu Secretário Geral, Sam Shilowa, o SACP, através do seu Secretário Geral, Charles Ngakula. O meio empresarial e académico também se encontravam representados. Este conselho era bem o espelho do modo de actuação de Mbeki, que pretendia agir principalmente através de compromissos entre as várias sensibilidades.

<sup>1</sup> Nascido no Transkei em 1942, Thabo Mvuyelwa Mbeki pertence a uma família com longas tradições na luta política. O seu pai, Govan Mbeki, foi um destacado membro do SACP e do ANC. Desde muito cedo Thabo Mbeki aderiu aos ideais do ANC, tendo crescido no seio da Youth League. Em 1962 abandonou a RAS, tendo-se licenciado em economia em Londres. Em 1975 passou a desempenhar o cargo de Secretário do Presidente do ANC, Oliver Tambo, responsável pela elaboração dos seus discursos. A partir de 1989, Mbeki assumiu o cargo de responsável pelas relações internacionais do ANC, o que lhe permitiu aprofundar a sua faceta diplomática. Após a vitória eleitoral do ANC em 1994, Mbeki foi nomeado Vice-Presidente do governo de unidade nacional. Shelagh Gastrow: *Who's Who in South African Politics*, pp. 169-171.

<sup>2</sup> Mandela ter-se-à manifestado, de início, favorável a Ramaphosa devido ao factor étnico, uma vez que Ramaphosa é venda e Mbeki é xhosa. Porém, no fim, a estrutura do ANC fortemente xhosa, pelo qual também é conhecida por "Xhosa -Nostra", impôs a opção Mbeki.

<sup>3</sup> Um momento decisivo foi em Dezembro de 1997, durante a realização do 50º Congresso do ANC, altura em que Mbeki assumiu a Presidência do ANC em substituição de Mandela.

<sup>4</sup> Foi o caso da notícia divulgada pelo jornal sul-africano *The Star*, de 13 de Outubro de 1997, que acusava Ramaphosa de pertencer a um grupo que estava a elaborar um plano para derrubar Mbeki. ANC: "ANC Rejects Story on Ramaphosa Challenging Mbeki", in *Africa News Online*, 14/10/97. <http://www.africanews.online>



Este modo de agir era essencial para que Mbeki conseguisse manter o domínio sobre o ANC. Com o fim do apartheid, o principal elo de ligação entre as várias facções do ANC tinha desaparecido. Durante a era Mandela, a união manteve-se devido ao carisma e prestígio do líder. Mbeki, para além de garantir uma gestão eficaz do governo, tinha que apostar numa mensagem que garantisse a continuação da coesão interna do ANC. A aposta de Mbeki foi na mobilização à volta da necessidade de se avançar com a transformação nacional. Daqui se compreende a aposta no ideário africanista, entendido acima de tudo como uma mensagem interna. Esta posição de Mbeki ficou bem clara no seu discurso *I am African*, proferido em 1996<sup>5</sup>, e na sua defesa do conceito de Renascimento Africano.

A era Mbeki ficou muito marcada, quer pela personalidade distante e fria do Presidente e por vários casos controversos que acabariam por manchar a sua imagem. Mbeki foi incapaz de controlar a onda de criminalidade que assola o país, e da qual a comunidade portuguesa é habitual vítima, a degradação do sistema de ensino e educação, as enormes desigualdades sociais entre as diversas comunidades, a crise energética que afecta o crescimento da economia e, mais recentemente, a onda de xenofobia que manchou a imagem do país. Particularmente controversa foi a posição de Mbeki em relação ao vírus do HIV/SIDA, onde defendeu não existir ligação clara entre o vírus do HIV e a SIDA e, nessa medida, atrasou a entrega de medicamentos retrovirais aos doentes de SIDA. Hoje em dia a África do Sul é dos países do mundo com maior taxa de infecções do mundo.

Tudo isto prejudica a imagem da África do Sul quando faltam dois anos para receber o campeonato do mundo de futebol, o qual, pela primeira vez se realizará no continente africano.

Embora os desentendimentos entre as várias facções dentro do ANC e do governo já fossem sentidas há alguns anos, o agravamento da situação registou-se em Dezembro passado quando Jacob Zuma derrotou Thabo Mbeki na liderança do ANC. A partir desse momento registou-se uma guerra entre os dois que culminou a 11 de Setembro com a demissão de Mbeki da Presidência do país.

Horas depois do Comité Executivo do ANC ter exigido publicamente a demissão do Presidente, Mbeki anunciou a sua renúncia. Na origem dos problemas entre Mbeki e Zuma está o processo de aquisição de material para as Forças Armadas sul-africanas, o qual gerou suspeitas de corrupção, tráfico de influências e enriquecimento ilícito de membros do Governo e do ANC. Entre os acusados figuravam Zuma, alegadamente culpado de ter recebido luvas do fabricante francês em troca de benefícios financeiros para os seus assessores mais próximos, nomeadamente Schabir Shaik, entretanto condenado a 15 anos de prisão pelo mesmo crime.

Face às suspeitas, Zuma foi obrigado a demitir-se de Vice-presidente do Governo, e pôs em causa as suas possibilidades de suceder a Mbeki,

quer na liderança do país quer na liderança do ANC. Entretanto outras histórias, como o caso de uma eventual violação, mancharam ainda mais a imagem de Zuma.

Porém, apesar destas acusações, Zuma goza de uma enorme popularidade junto do eleitorado do ANC. Para além disso, os aliados tradicionais do ANC, a COSATU e a SACP, que nunca foram grandes apoiantes de Mbeki, apoiaram entusiasticamente a hipótese de Zuma ascender à Presidência do país. Foram estes apoios que convenceram Zuma a avançar para a liderança do ANC em Dezembro de 2007, apesar das acusações que pendiam sobre ele.

Ao vencer as eleições dentro do ANC, e face à impossibilidade de Mbeki concorrer a novo mandato presidencial, Zuma posicionou-se como candidato do ANC às eleições de 2009. Porém, apesar de derrotado, Mbeki quis manipular os acontecimentos de modo a evitar a candidatura de Zuma. Na ânsia de eliminar publicamente Zuma, Mbeki e os seus aliados decidiram pressionar e interferir nas decisões do Ministério Público sul-africano nos processos contra Zuma.

O acórdão da justiça sul-africana que ordenou a anulação das acusações de corrupção, fraude e lavagem de dinheiro contra Zuma acabou por precipitar a queda de Mbeki.

Se este facto serviu para clarificar a liderança dentro do ANC, o conflito acabou por deixar feridas muito profundas dentro do partido. Hoje em dia, o ANC é claramente um conjunto de facções adversárias, divididas mais por questões pessoais do que propriamente por linhas ideológicas. Perante este cenário, os apoiantes mais próximos de Mbeki, entre eles Sam Shilowa e Mosiuoa Lekota, abandonaram o ANC e decidiram criar um novo partido.

Após nove anos no poder, Mbeki viu-se obrigado a abandonar a Presidência do país de uma forma humilhante. Se no início teve que lidar como fantasma de Mandela e da sua popularidade, nos últimos tempos Mbeki enfrentou o seu próprio fantasma e dos seus erros de governação, os quais foram determinantes para minar a sua base de apoio.

Face à demissão de Mbeki foi necessário nomear um sucessor que assumisse a Presidência do país até às eleições de 2009. A escolha do ANC recaiu sobre o seu Vice-Presidente e Ministro da Presidência, Kgalema Motlanthe. Este antigo dirigente sindical esteve preso, 16 anos em Robben Island, com Nelson Mandela, foi visto como a pessoa capaz de unir as várias facções do ANC.

Apesar de ser conotado com a ala esquerdista do ANC, a sua moderação leva a que os aliados de Mbeki possam vir a apostar em Motlanthe para fazer face a Zuma. À partida, é de prever que Motlanthe ceda ao seu lugar a Zuma, para que este se assumia como candidato do ANC às eleições de 2009. Porém, numa última tentativa de tentar travar a ascensão de Zuma, os apoiantes de Mbeki tentarão convencer Motlanthe a candidatar-se às eleições.

<sup>5</sup> Stanley Uys: "Is Mbeki an Autocrat or Democrat?", in the Mail & Guardian, 3/05/99. <http://www.mg.co.za/mg/news/99may/3may/mbeki.html>

## O HIV/SIDA na CPLP

No contexto dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), a situação da incidência é muito variada. A prevalência da infecção pelo HIV varia grandemente de país a país, desde aquela estimada para Timor-leste, de baixíssima prevalência, a epidemias generalizadas, como se observa em Moçambique, por exemplo. Do mesmo modo, deve variar o período de introdução do vírus em cada país e, de modo bastante claro, a existência de subtipos diversos e não necessariamente coincidentes. O HIV-2 encontra-se presente de modo relativamente importante em alguns países e inexistente do ponto de vista de relevância epidemiológica em outros.

Com vista a caracteriza a situação nestes países, a CPLP, juntamente com a Agência das Nações Unidas para a SIDA, UNAIDS, elaboraram um relatório intitulado Epidemia de VIH nos Países de Língua Oficial Portuguesa: Situação Actual e Perspectivas Futuras Rumo ao Acesso Universal à Prevenção, Tratamento e Cuidados<sup>6</sup>, onde é feita uma análise da situação em cada país da CPLP.

Em Angola existe uma prevalência da infecção estimada em 2,1% na população adulta, Angola apresenta uma taxa de seropositivos comparativamente mais baixa que a observada nos demais países da África Austral.

Para fazer face a esta doença, o governo angolano criou, em 1987, o Programa Nacional de SIDA. Vários planos foram elaborados desde então, mas até finais dos anos 90 actuou-se através de programas e projectos mais isolados. Em 1999 foi aprovado o primeiro Plano Estratégico Nacional (PAN) com um carácter multisectorial, envolvendo as províncias e diversos sectores da sociedade civil. Além disso, aumentaram-se os recursos disponibilizados por parte do Governo e também cresceu o envolvimento das parcerias com os diversos sectores nacionais e internacionais.

A partir de 2001, a análise dos resultados da resposta nacional ao HIV foi realizada segundo os parâmetros estabelecidos pelo ONUSIDA. Segundo esses parâmetros, têm sido possível dimensionar os avanços alcançados em Angola em áreas prioritárias e auxiliar na compreensão da situação actual da resposta à epidemia. Em 2003 foi criada a Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA e as Grandes Endemias (CNLCSGE), um órgão político que visa garantir o engajamento de todos os sectores da vida nacional na luta contra a epidemia do HIV e outras grandes endemias. É coordenada pelo Presidente da República e é constituída por vários Ministérios.

Actualmente está em vigência o PAN 2007-2010, que contempla as

metas para o acesso universal ao tratamento até 2010. Até a presente data, actividades prioritárias estabelecidas nos PANs foram desenvolvidas. Entre outras, actividades de informação, educação e comunicação foram realizadas e biossegurança, tratamento e cuidados foram implementados. A descentralização dos serviços ainda continua sendo um grande desafio.

O principal desafio da resposta nacional à epidemia é o de estabilizá-la para, em seguida, reverter seu curso; para tanto, particular ênfase deve ser dada aos seguintes aspectos normativos e operacionais:

- Potencializar as capacidades dos órgãos provinciais da resposta nacional para o âmbito municipal, mantendo o princípio dos Três Uns preconizados por ONUSIDA.
- Organizar e coordenar com os diferentes sectores (públicos, privados e da sociedade civil) o compromisso do Governo, alcançando o consenso, harmonia e sinergia nas políticas e estratégias a seguir no país para a LCS (luta contra a SIDA).
- Monitorar a elaboração e disposição de Planos de Acção multisectorial que incluam estratégias de financiamento, em sinergia e harmonizados com o PEN com objectivo de reduzir a duplicidade de intervenções e perda de recursos, tomando em conta o reconhecimento dos diferentes mandatos, competências e responsabilidades da organização ou do sector implicado na LCS.
- Contribuir na descentralização, estabelecimento de alianças e alocação de recursos que permitam facilitar, avaliar ou modificar a execução de actividades nos diferentes níveis: regiões, municípios e comunas. Intercâmbio de informação entre todos os parceiros, contribuindo no reforço das capacidades do colectivo para a implementação das estratégias de luta contra VIH/SIDA.
- Reforçar a vigilância epidemiológica e sentinela.
- Reforçar e expandir o sistema de monitorização e avaliação nacional que permita dispor de informação actualizada sobre o andamento da epidemia e sobre o impacto das acções implementadas para facilitar os processos de planificação e tomada de decisões.
- Expandir o acesso a serviços de aconselhamento e testagem voluntária a todo o país, incluindo acções que fortaleçam a resposta nacional.
- Expandir o acesso ao apoio integral para pessoas vivendo com HIV e SIDA, incluindo o acesso à terapia ARV e apoio psico-social.
- Expandir os programas de corte da transmissão vertical e a política de sangue seguro a todo o território nacional.
- Reforçar as parcerias com a sociedade civil.
- Fazer advocacia junto aos parceiros internacionais para um maior comprometimento e uma melhor coordenação das acções.
- Fazer advocacia para um maior envolvimento das instituições públicas e privadas.

<sup>6</sup> Epidemia de VIH nos Países de Língua Oficial Portuguesa: Situação actual e perspectivas futuras rumo ao acesso universal à prevenção, tratamento e cuidados. UNAIDS & CPLP. <http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/ComunicacaoInfo/livrohiv sida.pdf>

- Reforçar as acções direccionadas ao grupo de população dos 15 aos 24 anos.
- Reforçar as actividades que promovam a redução do estigma e da discriminação às pessoas infectadas e afectadas.

Em Cabo Verde existe uma prevalência estimada de infecção pelo HIV entre 0,5% e 1,5%. Até o final de 2006, 1.940 casos de HIV/SIDA foram notificados. A prevalência do vírus é estável entre a população sexualmente activa.

O Programa Nacional de SIDA foi criado em 1986 depois da identificação do primeiro caso. Desde o ano 2002, o Primeiro-ministro preside o CCS-SIDA, um comité multisectorial que é responsável pela coordenação do combate ao HIV/SIDA.

Cabo Verde desenvolveu um Plano Estratégico Nacional (PEN), inicialmente para o período 2002-2006, o qual já foi actualizado e orçamentado para o período 2006-2010. Os PENs funcionam de forma multisectorial e descentralizada. Incluem diferentes sectores do governo e da sociedade civil em nível nacional e municipal. As associações de Pessoas Vivendo com HIV estão sendo incluídas nas planificações e nas decisões relacionadas aos PENs. O orçamento para o PEN de 2002-2006 foi de US\$ 22 milhões e o orçamento para o PEN de 2006-2010 está estimado em US\$ 24 milhões. O sector de saúde é o sector mais importante na resposta nacional ao HIV/SIDA.

O Programa de Terapia Anti-Retroviral iniciou-se em Dezembro de 2004. O programa se dirige a todas aquelas pessoas que apresentam os critérios clínicos e imunológicos para o começo da terapia anti-retroviral. Também foi possível incluir no Programa de Terapia Anti-Retroviral vários membros de grupos vulneráveis, como consumidores de drogas injectáveis. Isso é um passo importante em direcção ao acesso universal ao tratamento.

Na Guiné-Bissau existem diferentes aproximações da prevalência do HIV em Guiné-Bissau. Segundo dados de 2006, o país apresenta uma prevalência do HIV estimada em 8,7%. Convém reter que, face à instabilidade que tem afectado o país nos últimos anos, não existem dados mais actuais e fidedignos sobre a real dimensão da prevalência da doença. Observa-se uma possível estabilização da taxa de prevalência do HIV, ainda que em patamares extremamente elevados. No entanto, o país continua a estar numa situação de epidemia do HIV generalizada e segue enfrentando o risco de uma expansão massiva da epidemia.

A resposta nacional à epidemia do HIV/SIDA começou em 1986. As acções de combate ao HIV/SIDA foram orientadas por planos de curto

e médio prazos. Em 1998, as actividades de luta contra HIV e SIDA foram temporariamente interrompidas devido aos conflitos políticos e militares.

O primeiro Plano Estratégico Nacional (PEN I) foi aprovado no ano de 2002. O PEN I abrangeu o período de 2003-2005. Em 2004-2005 o Secretariado Nacional da Luta contra a SIDA (SNLS) foi criado, o qual é responsável pela coordenação técnica de todas as intervenções da luta contra a SIDA no país. O SNLS é o braço executivo do Conselho Nacional da luta contra a SIDA, um órgão multisectorial, presidido pelo Primeiro Ministro, com o Ministro da Saúde como vice-presidente.

Um novo Plano Estratégico Nacional (PEN II) foi aprovado em 2006. Os objectivos do plano são fortalecer a prevenção às infecções pelo HIV, melhorar a qualidade de tratamento e o cuidado às pessoas infectadas pelo vírus e melhorar as informações para a tomada de decisões. Finalmente, o PEN II visa reforçar a capacidade institucional em planeamento, gestão e coordenação para o combate do VIH e SIDA.

A Terapia Anti-Retroviral para as Pessoas que Vivem com o HIV (PVHIV) foi iniciada em 2005. Desde então, o número de unidades que oferecem Terapia Anti-Retroviral gradualmente aumentou de 3 em 2005 para 11 em 2007. Simultaneamente, o número das PVHIV beneficiadas pela Terapia Anti-Retroviral aumentou de 65 em 2005 para 890 em 2007.

Os principais obstáculos da resposta à epidemia de HIV/SIDA são:

- Falta de integração das actividades de luta contra o HIV/SIDA em outros programas de saúde em nível nacional, regional e comunal;
- Projectos pilotos com uma extensão geográfica limitada não têm um planeamento de extensão depois de terminar a fase piloto;
- Falta de sustentabilidade dos projectos depois que o financiamento externo termina;
- Falta de uma participação efectiva de atores chave para o desenvolvimento (por exemplo os Ministérios Públicos e o sector privado);
- Falta de acções sustentáveis para os grupos em maior risco de infecção (mulheres, profissionais do sexo, jovens);
- Falta de dados estatísticos actualizados sobre a situação epidemiológica e sobre as atitudes da população com respeito ao VIH/SIDA;
- Atraso do plano nacional de monitorização e avaliação;
- Insuficiência de recursos humanos qualificados em todos os níveis para a execução dos programas;
- Falta de integração da prevenção da transmissão vertical nos serviços pré-natais.



Para vencer estes obstáculos é preciso por ênfase em:

- Melhorar a coordenação das acções da luta contra o HIV/SIDA e criar efeitos de sinergia entre os parceiros nesta luta;
- Desenvolver um único quadro de acção para a luta contra HIV/SIDA para a aceleração e a alteração das acções da luta contra o HIV/SIDA;
- Desenvolver um sistema único de monitorização e avaliação nacional.

A prevalência do HIV na população de Moçambique é estimada com base nos resultados do sistema de vigilância sentinela do HIV realizada entre mulheres grávidas que frequentam consultas pré-natais. Em 2001, 2002, 2004 e 2007 foram realizados estudos de vigilância sentinela em 36 diferentes lugares do país. A prevalência em Moçambique é estimada em 16% (14-17%) entre a população de 15-49 anos (2007).

Aproximadamente 1.6 milhões de pessoas estão infectados pelo HIV neste país e estima-se em cerca de 160 mil óbitos por SIDA no ano 2006. Observam-se diferenças na evolução da epidemia de HIV nas diferentes regiões do país: o centro e as regiões setentrionais apresentam uma tendência de estabilidade, enquanto o sul demonstra uma tendência ascendente para a epidemia do HIV.

A resposta nacional ao HIV e à SIDA iniciou-se em 1988, com o estabelecimento do Programa de Prevenção e Controle no Ministério da Saúde. Em 2000, o Governo aprovou o primeiro Plano Estratégico Nacional (PEN) de Combate ao HIV/SIDA e criou o Conselho Nacional de Combate à SIDA (CNCS) para a coordenação das acções de resposta à epidemia.

O PEN I (2000-2002) visou diminuir a expansão da epidemia do HIV e mitigar seus efeitos sociais, mediante uma abordagem multisectorial. Concentrou-se na prevenção das novas infecções pelo HIV, sem prever tratamentos anti-retrovirais para pessoas vivendo com HIV.

O PEN II (2005-2009), desenvolvido em 2004, é o segundo Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV/SIDA e orienta a estratégia actual para a resposta nacional à epidemia. Os principais objectivos do PEN II são a redução de novas infecções e o aumento do cuidado e tratamento às pessoas vivendo com HIV/SIDA. Finalmente, o Plano visa garantir a protecção aos direitos das pessoas vivendo com HIV/SIDA.

Desde 2005, o tema do HIV e da SIDA tem sido integrado em muitos documentos de planificação da política nacional como, por exemplo, no actual Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II). Diferentes Ministérios elaboraram planos próprios

de combate ao HIV e SIDA.

Em 2006, a Iniciativa Presidencial sobre o HIV/SIDA foi uma expressão clara do empenho político na resposta ao HIV/SIDA, em seu mais alto nível. A iniciativa reuniu líderes comunitários, representantes da administração do governo central, provincial e distrital e representantes da sociedade civil, para reforçar o seu envolvimento na luta contra a SIDA. Para coordenar e intensificar os esforços de prevenção, foi criado um Grupo de Referência de Prevenção ao HIV, presidido pelo Ministro da Saúde.

Em 2003, uma estratégia para o tratamento e a atenção à pessoas vivendo com HIV/SIDA foi implementada pelo Ministério da Saúde. A estratégia incluiu todo o espectro da prevenção, diagnóstico, tratamento e atenção, incluindo a mitigação do impacto da epidemia.

O número de unidades sanitárias que fornecem tratamento anti-retroviral aumentou de 39 em 2005 para mais de 200 em 2008. O tratamento é oferecido em 70% dos distritos. A integração dos serviços de terapia anti-retroviral nos serviços de saúde existentes aumentou o acesso ao tratamento e a formação e ampliação da equipe de trabalhadores de saúde contribuiu também para a expansão do acesso ao tratamento anti-retroviral.

Em 2008 será realizado um inquérito comunitário nacional sobre comportamentos e prevalência de HIV (INSIDA 2008). O INSIDA terá como alvo 18,500 indivíduos de todas as idades. Serão utilizadas entrevistas individuais e colheita de amostras de sangue em papel filtro, além de discussões em grupos focais.

As projecções indicam que, no ano 2010, o número de pessoas infectadas pelo vírus poderá chegar a 1.9 milhões de pessoas. A epidemia de HIV/SIDA também terá impacto no desenvolvimento socioeconómico de Moçambique. O Plano Estratégico Nacional II (2005-2009) define como uma das metas a estabilização da taxa de prevalência do HIV em no máximo 17% até 2009 quando, esperando-se que, a partir dessa data, se observe uma redução na taxa de novas infecções.

A taxa de prevalência do HIV em São Tomé e Príncipe é estimada em 1%. O Programa Nacional pela Luta contra a SIDA foi implementado no ano de 1987. O programa estava direccionado à informação sobre HIV/SIDA e à prevenção da transmissão do vírus. Foram executados planos de curto prazo (anuais e bienais).

A fim de melhorar a resposta à epidemia, foi desenvolvido um Plano Estratégico Nacional de Luta contra a SIDA (PEN) para o período 2004-2008. Os objectivos do Plano são:

- a) Reduzir o risco de infecção por HIV/SIDA
- b) Diminuir a vulnerabilidade à infecção e
- c) Diminuir o impacto da epidemia.

No ano de 2006, o Governo de São Tomé e Príncipe assumiu o compromisso de acelerar a prevenção ao HIV. O acompanhamento médico de pacientes com SIDA começou em 2001, com o tratamento de infecções oportunistas. O Tratamento Anti-Retroviral foi iniciado em 2005, após o desenvolvimento de um protocolo para o tratamento (2004). No âmbito dos objectivos do programa "3x5" o país se comprometeu em aumentar a disponibilidade do Tratamento Anti-Retroviral.

Os principais obstáculos para o êxito do combate do HIV em São Tomé e Príncipe são:

- A Comissão Nacional de Coordenação da Luta contra o HIV/SIDA (CNLS) não foi operacionalizada. Como consequência, a resposta nacional ao HIV/SIDA não é suficientemente coordenada.
- Baixa participação dos ministérios excluindo o Ministério de Saúde, porque o tema do HIV/SIDA é visto unicamente como um problema de saúde.
- Discriminação de pessoas vivendo com HIV. Por exemplo, pelo pessoal de programas nacionais de alimentação e dos serviços de saúde.
- O país ainda não dispõe de um sistema de vigilância epidemiológica de segunda geração.
- Dependência de financiamento externo.
- Dificuldades causadas pela localização geográfica. Por exemplo, atrasos do fornecimento de medicamentos ou substitutos do leite.

As principais medidas previstas para vencer estes obstáculos são:

- Criação da Secretaria Executiva da CNLS.
- Reforço das actividades orientadas para Pessoas Vivendo com HIV.
- Criação de uma associação ou de grupos de apoio a Pessoas Vivendo com HIV.
- Melhorar os instrumentos de monitorização e avaliação do Plano Estratégico Nacional para a Luta contra a SIDA.
- Criação de um sistema fiável de gestão financeira.

A realidade que se vive nos países africanos de língua oficial portuguesa é um pouco o espelho da realidade africana no seu todo. De acordo com o último relatório da agência da ONU para o HIV /SIDA, a ONUSIDA, a África Subsaariana continua a ser a região mais afectada por esta doença, quer em termos de população contaminada, 67% das contaminação a nível mundial, quer em termos de óbitos, 75% dos

óbitos a nível global.

Em 2007, cerca de 1.9 milhões de pessoas foram contaminadas pelo vírus do HIV/SIDA na África Subsaariana, elevando para 22 milhões o número de contaminados neste continente.

O grau de contaminação de contaminação desta doença varia bastante de país para país, embora registe valores muito elevados em determinadas regiões, como é o caso da África Austral. Segundo a ONUAIDS, em 2007 32% das novas contaminações registaram-se na África Austral. Em oito países da região (Botswana, Lesoto, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Suazilândia e Zâmbia e Zimbabwe) a taxa de contaminação afecta mais de 15% da população.

Mas mesmo nesta região existem diferenças importantes. Países como o Malawi e Zâmbia e o Zimbabwe, embora mantenham elevadas taxas de contaminação, parecem ter conseguido travar o avanço.

Existem casos complicados de explicar como o da África do Sul, país com elevadas taxas de contágio. Apesar de ser um país dotado de estruturas de cuidados de saúde melhores que os outros países, a verdade é que a taxa de contágio neste país, 5.7 milhões de pessoas num universo de 40 milhões, é bastante elevada. Existem algumas explicações para esta realidade, nomeadamente, a política oficial do Presidente Mbeki que, ao negar a ligação entre o vírus do HIV e a SIDA, retardou o combate à doença permitindo o aumento do número de contaminados.





## Morte do Presidente da Zâmbia

Após ter sofrido, em Julho, um derrame cerebral durante a Cimeira da União Africana, o Presidente zambiano Levy Mwanawasa foi enviado de urgência para o Hospital Militar de Percy em Paris, onde acabaria por falecer a 19 de Agosto 2008.

Mwanawasa ascendeu à presidência do seu país em Janeiro de 2002, substituído o desacreditado Frederik Chiluba. Quando ganhou as eleições, as expectativas em relação à Presidência de Mwanawasa não eram muito elevadas. Ao contrário de Chiluba que subiu ao poder rodeando por um clima de grande optimismo devido ao seu passado de sindicalista e das promessas de melhoria das condições de vida das populações. Porém, os anos Chiluba foram uma desilusão.

Pouco a pouco, Mwanawasa conseguiu impor o seu estilo, baseado numa grande integridade e moralização da vida pública zambiana. Nesse sentido, o antigo Presidente Chiluba foi acusado, ir julgado por desvio de fundos. Particularmente popular em termos nacionais foi a campanha anti-corrupção que Mwanawasa lançou no seu país.

A política de boa gestão dos recursos do país, nomeadamente do cobre do qual a Zâmbia é dos principais produtores mundiais, e das ajudas internacionais, melhorou a imagem internacional do país.

Paralelamente, Mwanawasa começou igualmente a destacar-se em termos regionais devido às suas firmes posições contra determinados países. O caso mais emblemático foi o Zimbabwe, cuja situação Mwanawasa comparou ao afundamento do Titanic. O presidente Zambiano por não se coibir de criticar o seu homólogo zimbabweano, ao mesmo tempo que apoiava abertamente o líder da oposição do Zimbabwe, Morgan Tsvangirai.

Devido à sua morte, a Presidência do país passou para o Vice-Presidente, Rupiah Banda, tendo sido convocadas eleições presidenciais antecipadas para 30 de Outubro de 2008. Para estas eleições apareceram quatro candidatas:

- Michael Sata, líder da Frente Patriótica, o qual foi derrotado por uma magra diferença por Mwanawasa nas eleições presidenciais de 2006. Sata tinha contra si o facto da sua saúde não ser das melhores. Depois de ter tido um ataque de coração em 2007, foi salvo pelo Presidente Mwanawasa que o evacuou para a África do Sul;
- Hakainde Hichilema, líder do Partido Unido para Desenvolvimento Nacional. Este empresário de 46 anos era o candidato mais jovem, gozava de boa reputação devido à sua sólida preparação económica;
- Rupiah Banda, indicado pelo partido no poder, o Movimento para a Democracia Multipartidária. A sua entrada na vida política, pela

mão de Mwanawasa que o convidou em 2006 para a Vice-Presidência, foi uma surpresa;

- O Heritage Party apresentou como candidato o General Godfrey Miyanda. O ponto forte do General Miyanda era, simultaneamente, o seu ponto fraco, ou seja, o ter colaborado com o antigo Presidente Frederik Chiluba. O mandato presidencial de Chiluba ficou manchado pelas acusações de corrupção, que atingiram vários dos seus colaboradores. Miyanda conseguiu, apenas em parte, distanciar-se desta imagem.

O dia da votação decorreu sem incidentes. A participação eleitoral foi muito fraca, tendo apenas votado cerca de 2 dos 4 milhões de eleitores inscritos. Os observadores eleitorais expressaram sua decepção pela baixa participação nestas eleições, já que, segundo cálculos iniciais, apenas cerca de 60% dos eleitores registados nas áreas rurais e 45% nas zonas urbanas foram votar.

### Resultados Finais das Eleições Presidenciais na Zâmbia

BANDA, RUPIAH B (MMD)	718.359 Votos	40.09 %
MIYANDA, GODFREY K (HERITAGE)	13.683 Votos	0.76 %
SATA, MICHAEL C (PF)	683,150 Votos	38.13 %
HICHILEMA, HAKAINDE (UPND)	353,018 Votos	19.70 %

Fonte: Electoral Commission of Zambia, Novembro 2008.

Apesar dos primeiros resultados terem dado alguma vantagem ao principal candidato da oposição, Michel Sata, o vencedor acabou por ser Rupiah Banda. Após terem sido anunciados os resultados finais, várias foram as vozes que os contestaram, acusando os partidários de Banda de terem promovido várias fraudes, as quais acabariam por afectar o resultado final. Michael Sata recusou-se a reconhecer os resultados.



# Cabo Verde com forte Crescimento em 2009

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), Cabo Verde deve registar, em 2009, um crescimento económico entre 6 % e 7 %, devendo a inflação, que em 2008 ronda os 6.5%, situar-se nos 4 %.

As previsões do FMI foram apresentadas após uma missão técnica ter visita Cabo Verde, a qual concluiu que o país registou no primeiro semestre deste ano um crescimento sólido. A Missão do FMI foi acompanhar de perto a implementação do Programa de Reforma que Cabo Verde está a levar a cabo com apoio do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI) da instituição financeira internacional.

De acordo com as autoridades da Praia, o Programa de Reforma em curso visa reforçar a credibilidade das suas políticas económicas e executar as reformas estruturais de modo a conduzir o país a um crescimento a médio prazo, reduzir a pobreza e a resistência da economia cabo-verdiana a choques externos.

Segundo o chefe da referida missão, Lamin Leigh, os principais motores da economia cabo-verdiana continuam a ser o turismo e o investimento directo estrangeiro. Aquele responsável salienta, contudo, que o turismo e o investimento directo estrangeiro poderão sofrer uma desaceleração, tendo em vista a crise por que passa a imobiliária turística internacional, agravada pelas incertezas que abalam o sistema financeiro mundial.

Para além dos sectores tradicionais de promoção da economia, o governo da Praia pretende, em 2009, continuar a apostar na exportação de novos bens, como é o caso do peixe.

Para continuar a implementar o seu Programa de reformas, Cabo Verde poderá contar igualmente com o apoio da União Europeia. Nesse sentido, Cabo Verde e a EU assinaram um programa de cooperação referente ao X Fundo Europeu, 2008-2013. À luz deste Programa, Cabo Verde vai receber da União Europeia 51 milhões de euros para apoiar a implementação do programa de crescimento e redução da pobreza.

As áreas prioritárias serão, em primeiro lugar, o apoio à implementação da estratégia de crescimento económico e redução da pobreza e um programa de boa governação, com mais de 30 milhões de euros. Um segundo grande domínio é o apoio ao desenvolvimento das actividades da parceria especial entre Cabo Verde e a União Europeia com cerca de mais de 10 milhões de euros.

Além desses dois domínios de concentração, o programa consagrará recursos para acções de cooperação técnica e para o desenvolvimento da capacidade institucional de organizações da sociedade civil, e ainda para a contribuição do envelope nacional do FED a um importante programa de cooperação entre os PALOP, Timor-Leste e a Comissão

Europeia.

A modalidade de execução financeira do programa será essencialmente a da ajuda orçamental, modalidade preferencial para o décimo FED e que permitirá a necessária fluidez na disponibilização de recursos, e flexibilidade no conteúdo das acções.

Apesar deste cenário positivo, quer o FMI quer o Governo cabo-verdiano, estão cientes das dificuldades que o país poderá passar no próximo devido a um ambiente internacional desfavorável.

Uma outra área que continua a preocupar as autoridades da Praia tem a ver com o abastecimento de energia eléctrica, especialmente deficitária na Cidade da Praia. A empresa nacional de electricidade, a Electra, debate-se com problemas de liquidez, os quais associados ao roubo de energia, provocam um deficiente abastecimento de energia à Cidade da Praia, criando óbvias dificuldades à população e às empresas.





## Novo Governo Angolano

A Presidência da República de Angola anunciou a 1 de Outubro a composição do novo governo resultante das eleições legislativas de 5 de Setembro.

O Executivo inclui 33 ministros e dois secretários de Estado, sendo dez mulheres, o que representa uma marca muito próxima dos 30% como preconiza a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e foi prometida pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, durante a campanha eleitoral, em seguimento do que aconteceu com o parlamento, onde o seu partido superou a cifra dos 30%.

O governo, nomeado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, é chefiado pelo Primeiro-ministro António Paulo Kassoma, o qual exercia as funções de Governador do Huambo. O anterior Chefe de Governo, Fernando da Piedade Dias dos Santos "Nandó", foi nomeado Presidente da Assembleia Nacional.

A constituição do Governo Angolano é a seguinte:

Ministro da Defesa Nacional – Kundi Paihama.  
 Ministro do Interior – Roberto Leal Ramos Monteiro.  
 Ministro das Relações Exteriores – Assunção Afonso dos Anjos  
 Ministro da Economia – Manuel Nunes Júnior  
 Ministro da Administração do Território – Virgílio Ferreira de Fontes Pereira.  
 Ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social – António Domingos Pitra Costa Neto.  
 Ministra da Justiça – Guilhermina Contreiras da Costa Prata.  
 Ministro das Finanças – Eduardo Leopoldo Severin de Morais.  
 Ministra do Planeamento – Ana Afonso Dias Lourenço.  
 Ministra do Comércio – Maria Idalina de Oliveira Valente.  
 Ministro de Hotelaria e Turismo – Pedro Mutindi.  
 Ministro da Agricultura – Afonso Pedro Canga.  
 Ministro das Pescas – Salomão José Luete Chiribimbi.  
 Ministro da Indústria – Joaquim Duarte da Costa David.  
 Ministro dos Petróleos – José Maria Botelho de Vasconcelos.  
 Ministro da Geologia e Minas – Makenda Ambroise.  
 Ministra do Ambiente – Maria de Fátima Monteiro Jardim.  
 Ministra da Ciência e Tecnologia – Maria Cândida Teixeira.  
 Ministro do Urbanismo e Habitação – Diakumpuna Sita José.  
 Ministro das Obras Públicas – Francisco Higinio Lopes Carneiro.  
 Ministro dos Transportes – Augusto da Silva Tomás.  
 Ministra da Energia – Emanuela Afonso Viera Lopes.  
 Ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação – José Carvalho da Rocha.  
 Ministro da Saúde – José Viera Dias Van-Dúnen.  
 Ministro da Educação – António Buriti da Silva Neto

Ministra da Cultura – Rosa Maria Martins da Cruz e Silva.

Ministro da Assistência e Reinserção Social – João Baptista Kussumua.

Ministra da Família e Promoção da Mulher – Genoveva da Conceição Lino.

Ministro da Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra – Pedro José Van-Dúnen.

Ministro da Juventude e Desportos – Gonçalves Manuel Muandumba.

Ministro da Comunicação Social – Manuel António Rabelais.

Ministro Sem Pasta – António Bento Bembe.

Ministra Sem Pasta – Francisca de Fátima do Espírito Santo de Carvalho Almeida.

Secretária de Estado para o Desenvolvimento Rural – Maria Filomena de Fátima Lobão Telo Delgado.

Secretário de Estado para o Ensino Superior – Adão Gaspar Pereira do Nascimento

Ao nível das alterações dos Ministérios, cabe destacar o reaparecimento do Ministério da Economia que terá à cabeça o economista Manuel Nunes Júnior, o Secretário para a Política Económica e Social do MPLA. A componente de Desenvolvimento Rural, até agora agregada ao Ministério da Agricultura, foi autonomizada e convertida em Secretaria de Estado que terá à cabeça a antiga Vice-Ministra daquele pelouro, Maria Filomena Delgado. Outro Ministério que volta a surgir, é o Ministério do Ambiente, que terá como responsável Fátima Jardim.



# Eleições Legislativas na Guiné-Bissau

Apesar de terem sido vários os partidos e Alianças que pretendiam concorrer às eleições legislativas de 16 de Novembro, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) da Guiné-Bissau fixou a lista final em 19 forças políticas e duas coligações.

Por irregularidades diversas, ficaram de fora a Resistência da Guiné-Bissau (RGB, também conhecido por 'Movimento Ba Fatá), o Fórum Cívico Guineense Social-Democracia, a Frente Democrática Social e o Partido para o Desenvolvimento e Combate à Pobreza.

A exclusão da RGB foi a maior surpresa. Criada em Portugal nos anos 1980, a RGB foi o primeiro partido de oposição legalizado na Guiné-Bissau, sendo estas as primeiras eleições em que não participa, devido a lutas internas entre os seus dirigentes.

Das candidaturas apresentadas ao Supremo Tribunal de Justiça foram validas as seguintes:

1. Centro Democrático (CD), liderado por Paulino Impossa le, o qual foi candidato presidencial em 2005.
2. Liga Guineense para Protecção Ecológica (LIPE) liderado por amadu Mustafa Baldé.
3. Movimento Democrático Guineense (MDG), liderado por Silvestre Claudino Alves.
4. Partido Popular Democrático (PPD), liderado por r Braima Corca Embaló.
5. Aliança de Forças Patrióticas (AFP) – coligação criada em 2008 por 4 partidos: UM - União para Mudança, líder Agnelo Regala, e Presidente Amine Michel Saad; PST - Partido da Solidariedade e Trabalho, líder fundador e Presidente Iancuba Sola Indjai; FCG-SD - Fórum Cívico Guineense - Social Democracia, líder e Presidente Antonieta Rosa Gomes; FDS – Frente Democrática Social, líder fundador Rafael Barbosa, e Presidente Lucas da Silva. Estes dois últimos partidos foram impedidos formar a coligação por decisão judicial do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) em 2008. O Presidente desta coligação é Amine Michel Saad
6. Aliança Democrática (AD) – coligação criada em 2008 por dois partidos: PCD - Partido de Convergência Democrática, líder fundador e Presidente Víctor Fernando Mandinga; e, FD – Frente Democrática, líder fundador Aristides Meneses, e cujo Presidente membro fundador Jorge Fernando Mandinga. O Presidente desta coligação é Victor Fernando Mandinga.
7. Partido para Democracia, Desenvolvimento e Cidadania (PADEC) criado em 2005, líder fundador Francisco José Fadul.
8. Partido Republicano para Independência e Desenvolvimento (PRID) criado em 2007 por Aristides Gomes.
9. Partido Democrático Guineense (PDG), criado em 2007/08, líder Eusébio Sebastiao da Silva.

10. Partido Democrático Social (PDS), criado em 2006/07, líder fundador e Presidente João Seco Mamadú Mané.
11. Partido Social-Democrata (PSD), cujo Presidente é António Samba Balde
12. Partido de Progresso (PP), liderado por Ibrahim Sow.
13. Partido Socialista – Guiné-Bissau (PS-GB), líder Cirilo Oliveira Rodrigues.
14. União Patriótica Guineense (UPG), criada em 2004, Presidente Francisca Vaz Turpin (Zinha Vaz).
15. Partido Unido Social-Democrata (PUSD), criado em 1992/1994, líder fundador Victor Saúde Maria. É hoje em dia liderado por Augusto Barai Mango.
16. Partido da Renovação Social (PRS), criado em 1991/92, líder fundador e Presidente Mohamed Yala (novo nome do antigo Presidente da República que se converteu ao islamismo).
17. Partido dos Trabalhadores (PT), líder fundador e Presidente Arregado Mantenque Té.
18. Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), criado em 1956, líder fundador Amílcar Lopes Cabral. O PAIGC é liderado por Carlos Domingos Gomes Júnior (Cadogo filho).
19. Partido da Nova Democracia (PND), líder fundador e Presidente Yaya Djaló.
20. União Nacional para Democracia e Progresso (UNDP), líder fundador e Presidente Abubacar Balde.

De acordo com os dados da Comissão Nacional de Eleições (CNE) da Guiné-Bissau, para uma população estimada em cerca de 1.4 milhões de habitantes registaram-se para estas eleições 578.974 eleitores. Desde o último recenseamento realizado em 2005 registou-se um aumento de 38.819 eleitores a nível nacional (aumento de 7,2%).

Região	Eleitores Registrados 2008	Deputados a Eleger (1)	Assembleias de Voto 2008
Bissau	148.544	20	530
Oio	83.896	16	449
Gabú	81.933	14	391
Bafatá	78.579	14	396
Cachéu	74.983	14	335
Biombo	39.345	6	195
Tombali	35.674	7	188
Quinará	22.285	6	131
Bolama/Bijagós	13.735	3	88
Total	578.974	100	2.703

(1) - Dois deputados não eleitos – Diáspora África e Europa  
Fonte: Comissão Nacional de Eleições da Guiné -Bissau

O interesse que estas eleições despertaram foi bem visível pela quantidade de figuras de proa que se candidataram pelos diversos partidos, à chefia do governo.

Os antigos primeiros-ministros candidatos a liderar o governo foram, pelo PAIGC, Carlos Gomes Júnior, Alamara Nhassé, pelo PRN e Aristides Gomes, pelo PRID.

Para o cargo de Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau também concorreu um antigo Procurador-Geral da República, Amine Saad, à frente da coligação Aliança das Forças Patrióticas. Antiga Presidente da Câmara Municipal de Bissau e ex-conselheira de Kumba Ialá, Francisca Vaz Turpin foi a única mulher que se candidatou, pela UPG, ao cargo de Primeira-Ministra.

A campanha eleitoral decorreu sem grandes problemas, embora fosse visível alguma tensão entre os principais partidos, PAIGC, PRS e PRID, havendo troca mutua de acusações sobre quem estaria envolvido e a ser financiado pelo dinheiro do narcotráfico.

O PAIGC acabou por vencer venceu as eleições legislativas de forma avassaladora, ao eleger 67 dos 100 deputados à Assembleia Nacional Popular (ANP). Esta vitória do PAIGC representa a maior de um partido guineense desde que foi instaurada a democracia no país. Em segundo lugar ficou com o PRS de Mohamed Ialá que obteve 28 deputados. O PRID acabou por ser a grande desilusão. Apesar de ter apostado numa forte campanha eleitoral, o PRID só elegeram 3 deputados. Além destas duas forças políticas, outras duas elegeram deputados a Aliança Democrática (AD), e o Partido da Nova Democracia (PND), de Ialá Djaló, ambos com um cada.

Apesar da vitória esmagadora do PAIGC, logo após as eleições surgiram elementos que promoveram alguma instabilidade. Para além das acusações do PRS ao PAIGC alegando terem-se registado fraudes maciças nas eleições, facto negado pelas diversas missões de observação internacionais presentes no país, dois dias depois de conhecidos os resultados, houve uma tentativa de assassinato do Presidente Nino Viera, acontecimento envolvido em algum mistério.



#### **OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA**

Boletim da Fundação Portugal África

#### **FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA**

Rua de Serralves  
191 - 4150 - 706 Porto  
Tel.: 22 532 03 10 - Fax: 22 532 03 11  
E-mail: jmiranda@fpa.net4b.pt

#### **Ficha Técnica**

##### **Responsável pela edição**

J. A. Azeredo Lopes  
Luís Castelo Branco

##### **Tiragem**

500 exemplares

##### **Impressão**

Gutengráfica

Depósito Legal: 223325/05